

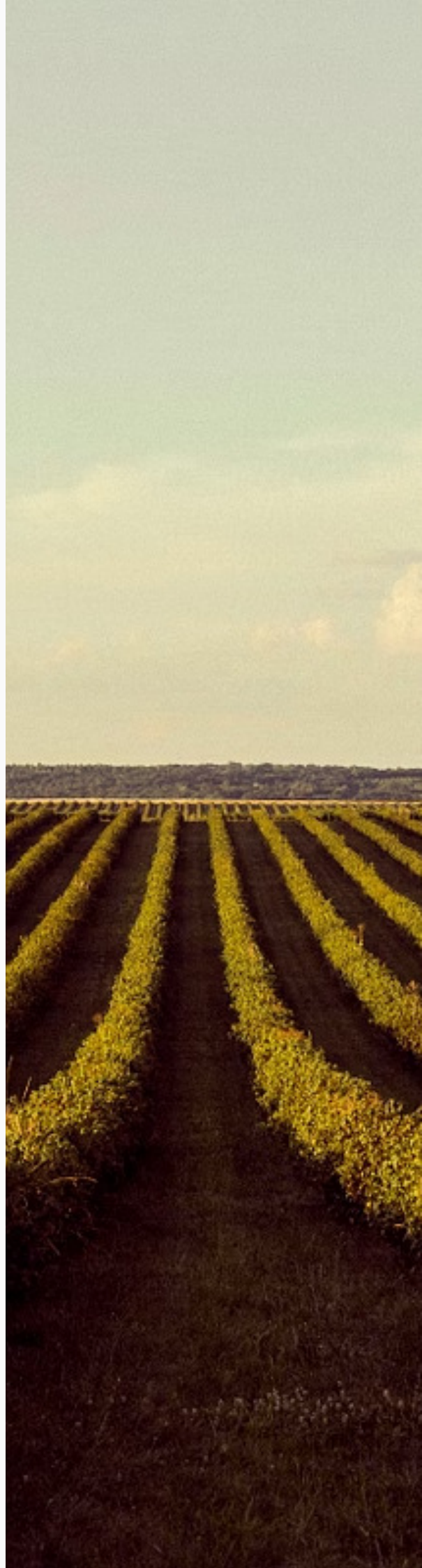


**JUNHO 2025**

# **O que trava - e o que move - o agro na região Centro-Oeste**

Um retrato atual do setor por quem  
o lidera e define suas políticas

Redação: Belén Palkovsky | Diagramação: Marcos Franciozi





## Club Partners

**4Infra**  
*Strategy building value*

 **BNDES**

**CESCON  
BARRIEU**  
ADVOGADOS

# Sumário interativo

- Introdução
- Entraves internos, pressões externas: competitividade em risco?
- Tema-chave na agenda: irrigação
- Desafios no financiamento rural
- Governança e sucessão
- Propostas concretas do setor



# Introdução

O Centro-Oeste do Brasil, composto pelos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e o Distrito Federal, é reconhecido como o coração do agronegócio nacional. Em 2025, a região se destaca como a única a apresentar aceleração econômica, com um crescimento do PIB estimado em 2,8%.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra de grãos no Brasil 2024/2025, por sua vez, deve alcançar um recorde de 322,25 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 8,1% em relação à anterior, impulsionado principalmente pela produção de soja, milho e algodão, *commodities* em que a região é líder de produção.

Sendo assim, os investimentos em infraestrutura de escoamento são fundamentais para acompanhar o crescimento e diminuir os custos logísticos. Ao mesmo tempo, questões de sustentabilidade, segurança hídrica e os desafios impostos pelas mudanças climáticas são temas cuja gestão está no centro das prioridades.

Os principais líderes do agronegócio brasileiro e membros do GRI Club se reuniram em Brasília com representantes do poder público com o objetivo de buscar soluções conjuntas para os desafios estruturais do setor, analisar as projeções para a região e discutir projetos-chave. Confira o relatório e descubra em detalhes as conclusões das conversas.



## Entraves internos, pressões externas: competitividade em risco?

Apesar do papel central que desempenha no cenário global, o agronegócio brasileiro convive com uma série de entraves estruturais e pressões políticas e comerciais que colocam sua competitividade em xeque. Além disso, a estimativa de uma supersafra de grãos em 2025, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), reforça a urgência de investimentos em infraestrutura logística e capacidade de armazenagem.

Hoje, grande parte da produção é escoada diretamente do campo para caminhões, cooperativas e cerealistas, sem a devida estrutura para estocagem, o que resulta em perdas bilionárias e pressiona os custos logísticos - sobretudo em períodos de pico de colheita.

A essa fragilidade estrutural soma-se a vulnerabilidade climática. O setor segue altamente dependente das chuvas para garantir sua produtividade, realidade que se torna cada vez mais arriscada frente ao aumento da frequência e intensidade de eventos extremos. A safra de soja 2024/2025 já contabiliza perdas estimadas em 47,49 milhões de toneladas, com impacto financeiro superior a R\$100 bilhões.

Regiões como o sul do Mato Grosso do Sul, o noroeste do Paraná e todo o Estado do Rio Grande do Sul têm sido duramente afetados por estiagens prolongadas e instabilidade climática, comprometendo não apenas o rendimento das lavouras, mas também a sustentabilidade financeira dos produtores.

No campo institucional, a insegurança jurídica segue como uma barreira ao avanço de novos investimentos. Disputas fundiárias mal resolvidas, conflitos com movimentos sociais e decisões judiciais controversas alimentam a percepção de instabilidade regulatória.



Embora dados recentes indiquem uma queda de 72% nos assassinatos relacionados a conflitos agrários desde o início do atual governo, a solução para disputas de terra ainda está longe de um consenso. A criação de um ministério específico para assuntos indígenas, sem que haja uma política pública clara, é vista por líderes do setor como uma iniciativa mais simbólica que resolutiva.

***“A questão indígena virou bandeira política, mas não se traduziu em ações concretas que deem segurança jurídica a quem produz”.***

Além disso, aumentos de tributos estaduais sobre insumos essenciais como energia, carne, milho e soja - ainda que posteriormente revertidos após pressão do setor - expõem a fragilidade do pacto federativo e os riscos de medidas fiscais unilaterais, que afetam diretamente a competitividade do produto nacional no exterior.

Ao mesmo tempo, projetos com potencial de transformar a infraestrutura do escoamento de grãos seguem travados. A Ferrogrão, planejada para ligar o norte de Mato Grosso ao Pará, e outros corredores logísticos ferroviários e portuários, como o Trem Verde e os leilões de modernização de Paranaguá e Santos, seguem enfrentando resistência de entidades ambientais e entraves burocráticos. A morosidade no licenciamento e os embates judiciais dificultam a implementação de obras consideradas estratégicas para aumentar a eficiência e reduzir o custo logístico do agro brasileiro.

No exterior, o cenário também é desafiador. Campanhas conduzidas por ONGs internacionais e pressões regulatórias vindas da União Europeia e dos Estados Unidos buscam impor barreiras técnicas e comerciais aos produtos brasileiros. A chamada “moratória da soja”, que veta a compra de grãos oriundos de áreas desmatadas após 2008, continua gerando atritos entre produtores e compradores.



Além disso, embargos pontuais à carne e à soja brasileira ilustram o uso cada vez mais frequente de barreiras não-tarifárias, muitas vezes com motivações mais econômicas do que ambientais.

***“Não se trata de preservação, e sim de proteção de mercado. Nossos concorrentes impõem regras que eles mesmos não cumprem apenas para manter vantagens comerciais”.***

Frente a esse cenário, os executivos reforçam a necessidade de articulação política.

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), composta por cerca de 350 parlamentares, tem se posicionado de forma ativa no Congresso para enfrentar desafios legislativos, defender o avanço da infraestrutura e garantir segurança jurídica ao produtor. Entre as propostas mais defendidas está a criação de uma política agrícola plurianual - semelhante ao Farm Bill americano - que traria previsibilidade para o financiamento da produção e reduziria a dependência anual de decisões orçamentárias do governo federal.

Além disso, avança no Congresso a proposta de reformulação do seguro agrícola, buscando ampliar sua efetividade e diminuir a dependência de aportes públicos anuais. O fortalecimento desse instrumento é visto como essencial para mitigar riscos climáticos e financeiros, especialmente diante do aumento da exposição do produtor a eventos extremos.



Outro ponto recorrente nas discussões é o rigor da legislação ambiental brasileira. O país mantém 66% de seu território preservado, sendo 30% em áreas protegidas e 14,1% dedicados a povos indígenas - índices superiores aos da maioria dos países desenvolvidos. Ainda assim, o setor lida com exigências crescentes de rastreabilidade e comprovação de origem ambiental dos produtos, sem receber contrapartidas equivalentes.

***“Nenhum concorrente precisa preservar o que o Brasil preserva. Ainda assim, somos cobrados como se estivéssemos atrasados”.***

O sentimento predominante entre os executivos é de frustração diante da lentidão do Estado para destravar questões estruturais, mas também de confiança na capacidade de resiliência do setor.

***“Estamos em uma verdadeira guerra, mas o agro é forte. Vamos continuar lutando para garantir o desenvolvimento sustentável do nosso setor e do país”.***



## Tema-chave na agenda: irrigação

O Brasil possui um dos maiores potenciais mundiais para a expansão da agricultura irrigada. Atualmente, cerca de 8,2 milhões de hectares são irrigados, representando aproximadamente 10% da área cultivada no país. Estudos indicam que essa área pode crescer em até 4,2 milhões de hectares até 2040, um aumento de 50% em relação à atual, impulsionado por avanços tecnológicos e políticas públicas favoráveis.

Apesar desse potencial, o setor ainda enfrenta desafios. Cerca de 180 projetos de irrigação estão paralisados, totalizando aproximadamente 46 mil hectares que não foram implementados devido à falta de recursos hídricos ou de energia elétrica. Estima-se que, se esses projetos estivessem operando, o valor não gerado poderia chegar a cerca de R\$164 milhões por safra.

Por isso, a principal barreira apontada pelos players para o desenvolvimento do setor é o fornecimento de energia elétrica. Muitas áreas produtivas enfrentam dificuldades para operar sistemas de irrigação devido à insuficiência de energia, especialmente em regiões próximas a hidrelétricas que, paradoxalmente, não conseguem distribuir energia localmente por questões burocráticas e regulatórias.

Um dos desafios mais relevantes para o desenvolvimento sustentável do setor de irrigação no Brasil é a gestão eficiente dos recursos hídricos. Apesar do país possuir uma vasta disponibilidade de água superficial e subterrânea, o acesso a esses recursos e a concessão das respectivas outorgas ainda enfrentam barreiras. Entre elas, destacam-se as rigorosas regulações ambientais, a insuficiência nos sistemas de monitoramento e, sobretudo, a insegurança jurídica.



Essa insegurança decorre da falta de clareza e uniformidade nas normas de outorga, da morosidade na emissão das autorizações e da falta de uma governança integrada entre órgãos federais, estaduais e municipais, o que gera incertezas para os investidores e dificulta a expansão ordenada e sustentável do uso da água para irrigação.

Além disso, o setor ainda convive com a escassez de mão de obra qualificada, tanto para a instalação quanto para a operação eficiente dos sistemas de irrigação. Para suprir essa demanda, empresas do segmento vêm investindo em capacitação técnica especializada.

Um exemplo recente é a inauguração, em Uberaba (MG), do Centro de Treinamento de Tecnologias em Irrigação da Valmont Industries. Este centro tem como foco a formação prática e teórica de profissionais para manuseio das mais avançadas tecnologias em irrigação localizada e por pivô central. O projeto oferece cursos e treinamentos para a qualificação de técnicos, além de atuar como um hub de inovação para a disseminação de soluções que promovam maior eficiência hídrica e energética no campo.

A irrigação localizada permite a aplicação precisa de água e nutrientes, reduzindo desperdícios. Essa tecnologia tem sido fundamental para viabilizar culturas perenes, como café, cacau e frutas, que demandam irrigação constante para garantir alta qualidade e produtividade.

Os produtores que investem em irrigação conseguem recuperar o capital em períodos curtos, muitas vezes inferiores a um ano. Além disso, a irrigação aumenta a estabilidade das safras, reduzindo perdas provocadas por eventos climáticos adversos e garantindo maior rentabilidade no médio e longo prazos.

Em termos de sustentabilidade, a irrigação localizada é um exemplo de tecnologia que alinha ganhos produtivos com a preservação dos recursos naturais ao reduzir significativamente o consumo de água comparado a métodos tradicionais.



# Desafios do financiamento rural

O financiamento do agronegócio brasileiro enfrenta desafios importantes, como as altas taxas de juros e a redução dos subsídios governamentais. Para a safra 2024/2025, o governo federal lançou o Plano Safra com um total de R\$400,59 bilhões destinados à agricultura empresarial - um incremento de 10% em relação ao ciclo anterior.

Além disso, estão previstos até R\$108 bilhões em recursos captados por meio das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), que são instrumentos financeiros usados para financiar o setor. Somando essas fontes, o total de recursos disponíveis para o agronegócio pode chegar a R\$508,59 bilhões, embora o montante efetivamente utilizado dependa da demanda do mercado e do apetite dos investidores por esses títulos.

Apesar do volume expressivo, a parcela de recursos com equalização de juros - subsídios que reduzem o custo do crédito para o produtor - é limitada. Para a safra atual, o governo autorizou R\$133,8 bilhões em linhas com equalização, distribuídos entre 25 instituições financeiras, incluindo o Banco do Brasil, que detém cerca de 45% desse montante. O custo total para o Tesouro Nacional com a subvenção de taxas será de R\$16,7 bilhões, valor considerado insuficiente frente às necessidades.

As taxas de juros para custeio e comercialização variam conforme o perfil do produtor. Para os enquadrados no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), a taxa é de 8% ao ano. Já para investimentos, as taxas oscilam entre 7% e 12% ao ano, dependendo do programa. Esses patamares são considerados elevados por representantes do setor, que defendem a ampliação da subvenção para manter a competitividade do agronegócio brasileiro.



Diante das limitações do crédito bancário tradicional, o mercado de capitais tem se consolidado como uma fonte alternativa de financiamento para o agronegócio. Instrumentos como os Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) vêm ganhando relevância. O setor agropecuário é o que mais atrai investidores estrangeiros no Brasil dentro do mercado de capitais devido à dolarização natural de suas receitas, o que reduz os riscos cambiais para os investidores.

No entanto, o segmento dos Fiagro ainda enfrenta desafios estruturais, como a concentração das carteiras e a necessidade de amadurecimento das gestoras. A pulverização das carteiras e o aumento do tamanho dos fundos são vistos como passos necessários para garantir maior estabilidade e segurança para os investidores.

A cultura do seguro rural é outro ponto crítico para a sustentabilidade financeira do agronegócio. A cobertura do seguro agrícola caiu de 11% para 7,8% da área plantada nos últimos três anos, o que expõe o setor a riscos climáticos e financeiros significativos. Para a safra 2025/2026, o governo planeja ampliar a verba do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para até R\$4 bilhões, migrando parte dos recursos atualmente alocados no Proagro.

O estado de Mato Grosso, principal produtor nacional de soja, milho e algodão, exemplifica os esforços para conciliar crescimento produtivo e sustentabilidade. Nos últimos seis anos, foram asfaltados mais de 6 mil quilômetros de rodovias, incluindo a duplicação da BR-163, corredor fundamental para o escoamento da produção.

Além disso, o estado investe na ampliação da malha ferroviária e na construção de terminais portuários para aumentar a capacidade de exportação. Mato Grosso também preserva cerca de 60% de seu território, destacando-se como um modelo de equilíbrio entre produtividade e conservação ambiental.

O sentimento entre os líderes do setor é de otimismo cauteloso. Embora reconheçam os desafios impostos pelos juros altos e pela complexidade burocrática, há confiança na capacidade do agronegócio brasileiro de se adaptar e continuar crescendo.

A adoção de instrumentos financeiros modernos, o fortalecimento do mercado de capitais e a atuação política da Frente Parlamentar da Agropecuária são vistos como caminhos para superar os gargalos regulatórios e melhorar o ambiente de negócios, garantindo que o agro mantenha sua posição estratégica na economia brasileira e global.



## Governança e sucessão

A governança estruturada emerge como elemento essencial para assegurar a longevidade e a competitividade das empresas familiares. Desde a década de 1990, muitos grupos familiares iniciaram a formalização de suas estruturas de gestão, estabelecendo conselhos administrativos que delineiam regras claras e promovem o alinhamento entre os interesses pessoais e empresariais. Essa profissionalização visa mitigar conflitos internos, facilitar o acesso a instrumentos financeiros e fortalecer a segurança jurídica, aspectos cruciais para a atração de investimentos.

Entretanto, a sucessão permanece como um dos maiores desafios enfrentados pelo setor. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que apenas 30% das empresas familiares brasileiras conseguem alcançar a segunda geração, e apenas 5% chegam à terceira geração.

A nova geração, embora mais inclinada à profissionalização e à adoção de práticas modernas de gestão, frequentemente encontra resistência por parte dos membros mais antigos, que relutam em abandonar métodos tradicionais. O diálogo intergeracional torna-se, portanto, fundamental para preservar o legado familiar enquanto se incorpora inovação e racionalização aos processos.

Paralelamente, a integração de tecnologias no campo, como agricultura de precisão, drones e sistemas de gestão digital, tem se mostrado eficaz na atração e retenção de jovens talentos, tornando o ambiente rural mais dinâmico e alinhado às expectativas das novas gerações. Além disso, a estruturação de holdings familiares e a implementação de conselhos consultivos têm sido estratégias adotadas para facilitar a transição geracional e garantir a continuidade dos negócios.

Apesar das adversidades, o sentimento predominante é de otimismo. Acredita-se que a combinação de governança sólida, planejamento sucessório bem estruturado e evolução tecnológica será determinante para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do agronegócio familiar brasileiro.



## Propostas concretas do setor

Durante o encontro, tanto os líderes do agronegócio quanto os formuladores de políticas públicas apresentaram propostas e sugestões estratégicas para superar os desafios atuais da região e fortalecer a competitividade do setor. Os principais destaques incluem:

- **Revisão da Lei do Cerrado:** sugeriu-se a revisão da legislação ambiental do Cerrado, atualmente fonte de insegurança jurídica para produtores, incluindo reavaliação de espécies protegidas, como o pequi, para garantir maior clareza e segurança ao desenvolvimento agropecuário.
- **Isenção tributária para fundos Fiagro e FIs:** defende-se a isenção tributária para fundos de investimento no agronegócio (Fiagro) e fundos de investimentos imobiliários (FIs), visando aumentar a atratividade desses veículos para investidores e garantir segurança jurídica, o que inclui reversão de alterações realizadas na Reforma Tributária.
- **Superação do gargalo energético:** dado que a insuficiência de energia elétrica é o principal obstáculo na expansão da irrigação, recomenda-se que o governo antecipe a demanda energética, promovendo planejamento integrado para garantir o fornecimento necessário.
- **Combate ao ativismo judicial e revisão de normativas ambientais:** foi defendida a necessidade de combater decisões judiciais baseadas em normas infralegais e revogar dispositivos como o artigo 18 da Lei do Fogo, que ameaçam a segurança jurídica dos produtores e podem levar a expropriações arbitrárias.
- **Expansão da irrigação para 4 milhões de hectares até 2030:** o Ministério da Agricultura confirmou a meta de expandir a área irrigada na região Centro-Oeste para 4 milhões de hectares até 2030, apoiada por melhorias no Atlas de Irrigação que fornecem dados mais precisos para formulação de políticas públicas.
- **Superação do gargalo energético:** dado que a insuficiência de energia elétrica é o principal obstáculo na expansão da irrigação, recomenda-se que o governo antecipe a demanda energética, promovendo planejamento integrado para garantir o fornecimento necessário.



- **Governança integrada para outorgas de Uso da Água:** propõe-se a unificação e harmonização das normas e procedimentos entre órgãos federais, estaduais e municipais para acelerar a emissão de outorgas de água e reduzir a insegurança jurídica que desestimula investimentos no setor.
- **Ampliação do Plano Safra para R\$1,3 trilhão e equalização de juros:** foi solicitada a ampliação significativa do volume de recursos do Plano Safra, acompanhado por aumento da verba destinada à equalização de juros para reduzir o custo do crédito rural diante do aumento da taxa Selic.
- **Patrimônio de afetação como garantia proporcional:** sugeriu-se a adoção do patrimônio de afetação para garantir financiamentos rurais, facilitando o acesso ao crédito por meio de garantias claras e proporcionais aos valores financiados
- **Valorização das linhas de crédito em dólar pelo BNDES:** destacou-se a importância das linhas de crédito oferecidas pelo BNDES em moeda estrangeira, com taxas atrativas, como fonte perene e moderna de financiamento para o setor agropecuário.
- **Aumento e diversificação do seguro rural:** recomenda-se a ampliação dos recursos destinados ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR) para ampliar a cobertura e reduzir os riscos financeiros decorrentes de eventos climáticos adversos.
- **Uso da recuperação judicial para reestruturação:** a recuperação judicial foi indicada como instrumento legítimo para superar erros de investimento, desde que não decorra de má gestão, auxiliando na preservação das empresas do setor.
- **Unificação das Entidades Representativas do Agro:** apontou-se a fragmentação atual das entidades do setor como fator debilitante, recomendando maior coordenação e união para fortalecer a representatividade política e econômica do agronegócio.



Conecte-se com líderes da infraestrutura brasileira e fique por dentro dos debates que moldam o futuro do setor no país.

Saiba mais.

## O GRI Club

Fundado em 1998, em Londres, o GRI Club reúne atualmente mais de **18 mil executivos seniores espalhados em 100 países**, com atuação nos mercados imobiliário, de infraestrutura e do agronegócio.

O modelo inovador de discussões do GRI Club permite a livre participação de todos os executivos, fomentando a troca de experiências e conhecimento, o networking e a geração de negócios.

Membros do clube também têm à disposição uma plataforma exclusiva para ver mais informações sobre os executivos e as respectivas empresas, marcar reuniões, pedir introduções personalizadas com colegas da indústria e acessar de modo irrestrito todos os nossos conteúdos.



Moisés Cona, Partner  
GRI Club Infrastructure



LinkedIn  
**GRI Club Infra**



Instagram  
**@griclub.infra**



Youtube  
**GRI Club**

